

cpccrd.pt

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

PROGRAMA DE ACÇÃO

DEMOCRACIA | TRANSPARÊNCIA | PARTICIPAÇÃO

Mandato 2022-2026



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



Colaborado por:



Programa de Acção Mandato 2022/2026

Projeções para a década de 2030

Introdução

O mandato 2022/2026 será, por várias razões, o início de um novo ciclo: experiência acumulada de 19 anos de Confederação; novas perspectivas para as Estruturas Descentralizadas (Federações e Associações); alterações estatutárias com nova orgânica (DN); novo órgão (CJ); nova composição de género e de jovens; maior número de eleitos (77); maior representação territorial na Direcção e ser ainda o primeiro mandato de 4 anos, mandato este, que coincidirá com vários actos eleitorais nacionais e um europeu.

O mandato será influenciado por projectos e compromissos que resultam do mandato anterior, mas terá novos desafios pelo que será um misto entre os compromissos para o mandato e a estratégia para a década: encerrar a 3ª Fase da Capacitação (Dez.2022) e projectar a nova Fase da Capacitação 2023/2030; mudança das instalações da Sede Nacional com instalação do Museu Nacional do Associativismo e do Centro Nacional de Documentação Associativa; Comemorações do Centenário da Confederação (2024); Publicação do 2º volume da História do Associativismo Livre.

No âmbito da representação de todo o Associativismo Popular, a Confederação irá apresentar novas propostas aos poderes instituídos (AR/Governo/PR/ANMP/ANAFRE) através dos órgãos onde tem representação assegurada e/ou através de um plano de médio e longo prazo até se atingirem os objectivos definidos no Congresso de 2015 pelo que é essencial manter e reforçar a intervenção institucional no CES, CND e CNES.

Para atingir tão ambiciosos e justos objectivos, sem deixar de ter em conta as relações diversificadas com entidades públicas, privadas e sociais em geral, impõem-se reforçar a nossa relação com os nossos parceiros da Economia Social (CPES), CNAP e Autarquias Locais. Desenvolver uma maior aproximação às entidades financeiras da Economia Social e promover a economia circular social. O Volume Anual de Negócios (VAN) do Associativismo é bastante significativo e expressivo para nos colocar num patamar de negociação qualitativamente diferente.

O presente Programa de Acção cumpre uma obrigação estatutária e será desenvolvido ao longo do mandato através dos objectivos aprovados pelo CN em cada Plano de Actividades anual. A sua concretização dependerá do empenhamento de cada Dirigente, da cooperação institucional entre órgãos, respeitando a separação de poderes, na colaboração das Estruturas Descentralizadas e dedicação dos Trabalhadores (as) e prestadores de serviços, mas também da sensibilidade e vontade política dos poderes instituídos. Cabe-nos a nós, Dirigentes Associativos encontrarmos as melhores e mais eficazes formas de sensibilização e pressão junto dos mesmos.

Enquanto agentes de transformação social, saberemos o quê, quando e como fazer!

Eixos principais do Programa de Acção

1. Coesão social e territorial associativa

Este eixo visa dar uma perspectiva integrada do associativismo confederado e do seu papel junto do associativismo em geral, sendo essencial conhecer os dados, reflectir sobre os mesmos e actuar em conformidade.

- 1.1. Cadastrar o MAP a nível nacional por categorias e regiões em cooperação com o INE
- 1.2. Apurar o VAN do MAP e impactos na economia, finanças públicas e segurança social
- 1.3. Consolidar a estrutura nacional da Confederação e reforçar a cooperação interna com uma Campanha Nacional de Filiação e criação de Estruturas onde não existam
- 1.4. Ajustar o RGI e Regimentos aos novos Estatutos
- 1.5. Identificar assimetrias e estabelecer plano de convergência associativa
- 1.6. Identificar parcerias prioritárias e secundárias (internas e externas), nomeadamente com entidades do Ensino, de forma a integrar estágios (estagiários/as) não remunerados na Confederação, Estruturas e Filiadas
- 1.7. Constituir um plano de cooperação activa entre entidades do MAP no principio do trabalho em rede e destas com as entidades do CNAP
- 1.8. Realização das Comemorações dos 100 anos com variadas iniciativas entre elas o Congresso do Centenário
- 1.9. Instalação da nova Sede Nacional com a consequente criação do Museu Nacional do Associativismo Popular; Centro Nacional de Documentação Associativa

2. Convergência das entidades da Economia Social e outras parcerias

Este eixo destina-se a reforçar a nossa integração plena no conceito constitucional de Economia Cooperativa e Social (3º Sector), sendo o espaço natural de cooperação das 8 famílias da ES previstas na Lei de Bases da ES.

- 2.1. Recensar as diferenças e semelhanças históricas e sociológicas das entidades da ES
- 2.2. Identificar os indicadores de discriminação positiva de cada sector e aplicar ao MAP
- 2.3. Estabelecer um plano de convergência de médio e longo prazo nivelado por cima com as entidades da ES
- 2.4. Partilha de meios técnicos e logísticos e reforço da cooperação e solidariedade por via da CPES
- 2.5. Reflexão e acção convergente num modelo de prevenção social que substitua o modelo de mediação social existente.
- 2.6. Estabelecimento de parcerias ao nível nacional com a ANMP e ANAFRE com vista à constituição de plataformas informais de cooperação e pressão junto dos poderes legislativo e governativo.

- 2.7. Estabelecimento de parcerias com as entidades financeiras da Economia Social, nomeadamente com o Montepio e Crédito Agrícola para incentivar a cooperação estratégica e a economia circular social entre estas e o MAP à escala nacional.

3. Recursos humanos capacitados, motivados e reconhecidos

Este eixo procura sistematizar um conjunto de medidas que contribuam para o desempenho dos Dirigentes Associativos, Voluntários, Benévolos e Eleitos e os Trabalhadores (profissionais) das Colectividades com direitos e dignidade.

- 3.1. Criação de um Programa de Emprego (MTSSS) no MAP: 1 Trabalhador por cada Colectividade; 1 Trabalhador por cada Estrutura operacional; 1 Técnico(a) e 1 Administrativo(a) por cada Gabinete
- 3.2. Atingir o objectivo de registo de 500 Dirigentes Associativos na Capacitação 2030
- 3.3. Constituir um modelo integrado de recursos humanos profissionais, ou seja, trabalhadores da Confederação, mais os trabalhadores das Estruturas, com encontros regulares para troca de experiências
- 3.4. Recenseamento de Dirigentes com Estudos Avançados para Monitores
- 3.5. Fóruns ministrados por Dirigentes Monitores experientes com habilitações académicas e/ou associativas junto do Ensino Secundário (Escolas do Associativismo) de forma a promover os valores e práticas do Associativismo nas áreas de Cultura, Recreio e Desporto entre os jovens
- 3.6. Formação em especialidades para a gestão associativa com empresas de formação credenciadas em cooperação com as Estruturas Descentralizadas e as Autarquias
- 3.7. Formação – acção em Estudos Avançados no ensino politécnico e superior incluindo trabalhadores(as) da Confederação e Estruturas aos níveis de 1º e 2º ciclo universitário
- 3.8. Domínio do CCP - Código de Contratação Pública na Confederação e em todas as Estruturas

4. Informação e comunicação com a sociedade

Este eixo destina-se a reforçar a visibilidade do associativismo e a incentivar a partilha de informação inter associativa e com a sociedade em geral. Assentará em recursos logísticos, tecnológicos e humanos com formação. Neste eixo deverão ser consideradas as publicações regulares como o ELO Associativo e as Notas Associativas.

- 4.1. - 1 Computador, impressora e digitalizador por cada colectividade filiada
- 4.2. - 1 conta e-mail institucional por cada colectividade filiada
- 4.3. - 1 sitio institucional por cada colectividade filiada
- 4.4. - 1 conta em redes sociais por cada colectividade filiada

- 4.5. Emitir uma Folha Informativa (A4) própria quinzenal por Gabinete em formato Digital
- 4.6. Estabelecer um plano próprio para a intervenção na Comunicação Social local por Gabinete
- 4.7. Projecto de desenvolvimento de texto e imagem “Associativismo somos todos nós!” com formação-acção junto dos Dirigentes locais
- 4.8. Registo das marcas: MAP – Movimento Associativo Popular; Ideal Associativo; Rotas do Associativismo; GERAP – Gerontologia Associativa Preventiva; ELO Associativo;
- 4.9. Continuar a exigência de direito de Tempo de Antena
- 4.10. Continuar a publicação da Análise Associativa e outras publicações suportadas no Concelho Científico do OBAP
- 4.11. Criação de canal YouTube Associativo e/ou CPES
- 4.12. Presença regular nas TVs e Rádios com spots de publicidade sobre o MAP – mensagem positiva
- 4.13. Instituição do Provedor do Associativismo (convidar personalidade da área da Comunicação Social).

5. Capacitação - Composição, funcionamento e objectivos

Este eixo procura dar expressão a um dos maiores projectos estratégicos do mandato e da década, pelo que deverá ser desenvolvido na proposta de Memória Descritiva a apresentar em sede de candidatura junto do POISE para 2030.

- 5.1. Concluir o actual processo de Capacitação até Dezembro 2022 e apresentar candidatura à Capacitação 2030 logo que o aviso seja publicado
- 5.2. A Capacitação 2030 deverá abranger o maior número de associações/colectividades, Dirigentes Associativos e Trabalhadores do continente e ilhas
- 5.3. Estabilizar a composição com um mínimo de 13 elementos na Comissão Permanente com tarefas/pelouros específicos em espelho com a Direcção Nacional
- 5.4. Diversificar a composição de forma a ter todo o território nacional representado com especial atenção para as Estruturas Descentralizadas e Jovens Dirigentes no sentido de promover a formação de Quadros Associativos
- 5.5. Ter um funcionamento regular com definição e monitorização de objectivos
- 5.6. Ter capacidade e autonomia para recensear, seleccionar candidaturas e apresentar propostas próprias ou solicitadas pelas filiadas
- 5.7. Divulgar as candidaturas às filiadas de acordo com as características das mesmas e apoiar estas na elaboração e execução de propostas
- 5.8. Promover uma rede de parcerias e actividades com entidades públicas, sociais e privadas de forma a obter um rácio de 30% de actividades de financiamento extra Capacitação

6. Cultura, Recreio e Desporto - acção para a transformação social

Este eixo visa sensibilizar o tecido associativo e a sociedade para o modelo de intervenção com perspectiva de transformação social e não apenas utilitário ou casuístico da cultura, recreio e desporto associativos.

- 6.1. Filme/documentário promocional sobre o MAP, a Confederação e o seu papel na sociedade portuguesa
- 6.2. Peça de teatro sobre o MAP e seus Dirigentes “Eu, nós e o associativismo”
- 6.3. Livro sobre o MAP e seus Dirigentes “100 histórias para a História do MAP”
- 6.4. Concerto/Festival de Bandas Filarmónicas pela passagem do 10º Aniversário do Ideal Associativo da CPCCRD (7 Novembro 2015/2025)
- 6.5. Bienal de Artes e Letras Associativas (ALA) com artes plásticas, poesia, literatura
- 6.6. Desenvolver o Projecto Coros de Portugal no seguimento da experiência piloto 2021/2022 com o MC, com vista à promoção da actividade cultural, fomentando a sua dimensão social junto das populações e garantir uma boa ligação entre a cultura, a academia e o poder político.
- 6.7. Desenvolver o Projecto Desporto para Todos (IPDJ) na perspectiva da defesa da identidade cultural, da saúde e do meio ambiente
- 6.8. Criar condições para desenvolver os projectos Rotas do Associativismo; Gerontologia Associativa Preventiva e Zonas Históricas
- 6.9. Dinamizar e integrar iniciativas e eventos comemorativos dos 50 anos do 25 de Abril
- 6.10. Instituição dos Embaixadores Associativos (figuras públicas da cultura e desporto)

7. Relações internacionais – Associativismo somos todos nós

Este eixo define as principais linhas de actuação do mandato, dando seguimento a compromissos e experiências passadas, mas também dar uma nova dinâmica e perspectiva a esta importante frente num Mundo globalizado em rede.

A diáspora portuguesa tem uma base cultural, uma marca social e um potencial económico que importa aproveitar, criando e facilitando oportunidades de investimento na terra natal.

- 7.1. Manter como eixos principais da acção as relações com os parceiros espanhóis, caso FEAF e europeus
- 7.2. Reforçar os contactos com as Filiadas no estrangeiro e filiar novas associações de portugueses espalhados pelo Mundo
- 7.3. Estabelecer contactos com estruturas federativas e confederativas de cultura, recreio e desporto de outros países, podendo assim conhecer novas realidades e tipos de relações destas com os respectivos Estados

7.4. Realizar um Congresso/Conferência “ O Associativismo Português e a Diáspora” em colaboração com a CCPF - Coordenação das Colectividades Portuguesas de França, com convite a todas as Associações e Colectividades Portuguesas em França.

8. Associativismo – uma ideologia sustentada, dinâmica e com futuro

Este eixo apresenta uma questão completamente nova que procura abrir caminho para a reflexão estratégica, conceptual e ideológica do que pode ser o associativismo na sociedade portuguesa, por se entender que ao fim de mais de 200 anos de experiência, existem valores, práticas, vocabulário e especificidades suficientes para serem sistematizadas e coinstituírem uma nova ideologia com uma disciplina académica e cientistas sociais especializados.

O Associativismo e os Dirigentes Associativos precisam de uma ideologia que os distinga e defenda de preconceitos e classificações negativas ou difusas.

- 8.1. Identificação das justaposições das teses, valores e práticas das várias disciplinas académicas com o associativismo (filosofia, história, antropologia, sociologia, psicologia, economia, geografia, direito, política)
- 8.2. Criação de uma base teórica, método e técnicas próprias autónoma das restantes disciplinas académicas
- 8.3. Definição de um título, conceito e desenvolvimento de uma nova disciplina que poderá ser, entre outras hipóteses, “Associo+logia”
- 8.4. Definição de um processo de experimentação empírica com elevada escala quantitativa e qualitativa a nível nacional “Uma Colectividade - um laboratório social” com participação do ensino secundário e superior
- 8.5. Criação de um Grupo de Trabalho composto pela Confederação e Ministério da Educação com vista à institucionalização da nova disciplina académica
- 8.6. Definição e desenvolvimento da função social do “Associólogo”, enquanto pessoa Especialista/especializada no estudo e desenvolvimento das associações e do associativismo
- 8.7. Estudo dos eventuais níveis de empregabilidade dos futuros Associólogos